

## A actualização do ensino-aprendizagem das teorias sociais é um trabalho colaborativo contínuo

Contributos de António Pedro Dores para o Simpósio “O ensino das teorias sociológicas em debate”, mesa “Finalidades do ensino em teorias: teorias sociológicas e modernidade”

ISCTE-IUL, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, 28 de Maio de 2018

Documento de trabalho

### Contextualização:

Os estudantes dão especial prioridade valorativa às teorias, quando comparadas com os métodos, por exemplo. Porém, os colegas docentes são pouca importância à teoria: primeiro porque não organizam espaços de debates, sem os quais não é possível tomar consciência dos problemas teóricos nem avançar na sua ultrapassagem. Segundo porque nos cursos da Escola de Sociologia e Políticas Públicas as teorias sociais estão acantonadas numa fileira do curso de sociologia. Terceiro porque os licenciados dedicam pouca atenção à actualização de conhecimentos teóricos, preocupados que estão em especializarem-se. Quarto porque a própria propaganda escolar reclama das suas capacidades da escola de oferecer competências profissionalizantes, entre as quais as teorias são tomadas como auxiliares.

Das duas uma, ou é a própria escola que não reparou no valor das teorias que ensina, ou a teoria que ensina tem valor estruturante do ensino mas não tem o prestígio social que o possa elevar para cima daquilo que é o seu prestígio actual: uma filosofia social de autor, em que contrastam as personalidades e os que pouco sabem, a não ser adorar essas personalidades.

Há quem diga que as teorias sociais são uma calamidade: elas teriam responsabilidade na imoralidade, ou pelo menos no encobrimento da imoralidade, que grassa pelo mundo, como a guerra e a fome. Tendo a pensar que isso é um exagero, na precisa medida em que poucos levam a sério as teorias sociais, incluindo dentro do campo das teorias sociais. Todavia, denunciar as teorias sociais como uma dupla fraude, nem são ciências nem se esfoçam por des(en)cobrir o social, parece-me uma actividade perfeitamente justificada e útil.

Ainda que tal actividade de denúncia seja compatível com os esforços de construir uma teoria social susceptível de suportar estratégias de continuidade das aspirações científicas das ciências sociais, entretanto abandonadas nos tinteiros das escolas de ciências sociais.

Desafio, o departamento de sociologia e os colegas a apoiar a iniciativa de uma “escola para além das ciências sociais”, projecto auto-crítico de sociologia pública e centrífuga.

## A actualização do ensino-aprendizagem das teorias sociais é um trabalho colaborativo contínuo

António Pedro Dores, 10.10.2017

Resumo:

*Vivem-se tempos perigosos e, por isso mesmo, desafiantes. A teoria resultou, em larga medida, das possibilidades intelectuais abertas pela tecnologia de impressão, actualmente a ser completada, mas também alterada, pelas tecnologias micro-electrónicas de informação e comunicação à distância. A especialização das teorias resultou de grupos e redes de investigação e pode tornar-se dispersiva quando o número de grupos e redes se expande. Vivem-se tempos a reclamar sínteses praticamente impossíveis, dada o excesso de informação e a dispersão da mente dos profissionais e dos estudantes em mundos e representações do mundo defensivamente estanques entre si. Vivem-se também as ansiedades das urgências da intervenção cívica em defesa dos valores da civilização que fundou a sociologia e os impactos do utilitarismo corporativo a lutar pelo prestígio do campo.*

*Estas condições estruturais globais têm efeitos locais. Há uma contradição entre as abruptas decisões estruturais de transformação da universidade e a continuidade de práticas educativas que começaram por ser pensadas para circunstâncias bastante diferentes das actuais. Há uma contradição entre o ambiente de criação de uma sociologia nacional, a partir da proibição de tal prática no anterior regime, e a necessidade de adaptar aquilo que foi conseguido aos novos desafios e às circunstâncias de globalização e menor atractividade das teorias sociais.*

*Podemos adoptar uma perspectiva de resistência na defesa da sociologia que existe ou, o que será aqui defendido, uma perspectiva de afirmação das potencialidades de adaptação e vigor do ensino e das práticas profissionais da sociologia. Ao contrário de uma revolução, o que aqui se defende é uma subtil abertura capaz de tornar o respeito pelo trabalho inovador de todos e cada um sentimento sinceramente partilhado. Trata-se de admitir, ao mesmo tempo, uma abertura a um mundo cada vez mais plural e desenvolver uma capacidade de adaptação conservadora daquilo que une, através da prática da controvérsia.*

*Na fileira de teorias sociológicas conflituam o dogma próprio do valor elitista do tempo dos livros e a crença ingénua sobre o que são factos vistos na internet. Dogmas e crenças persistem e multiplicam-se nos silêncios das dificuldades de participação nos processos de ensino-aprendizagem, tanto de professores como de estudantes.*

*A minha contribuição para o debate sobre a renovação do ensino-aprendizagem das teorias sociológicas, em termos pragmáticos, é uma proposta de continuidade deste debate, como prática regular, com vista a permitir organizar um debate público entre colegas e estudantes, dentro e fora das aulas.*

*A minha contribuição para o debate, ao mesmo tempo teórico e pedagógico, a organizar regularmente, a partir desta iniciativa, decorre, naturalmente, da minha própria investigação teórica. A teoria dos estados de espírito pode ser aplicada ao estudo das teorias sociais. O contraponto entre os espíritos revolucionário, corporativo e burocrático são facilmente reconhecíveis como uma discussão fundadora das teorias sociais.*

## A actualização do ensino-aprendizagem das teorias sociais é um trabalho colaborativo contínuo

### Desenvolvimento:

Qualquer início de diálogo, como pode ser, como desejo que venha ser, aquilo em que neste momento nos envolvemos, os docentes e estudantes de sociologia presentes, começa por apresentações mútuas. O meu ponto de partida, portanto, constará de uma breve e sucinta apresentação do estado das minhas investigações sobre o lugar e o papel das teorias sociais no mundo. Continua com uma referência ao conceito de estados de espírito, ao mesmo tempo profusamente usado em ciências sociais e raramente teorizado ou discutido. Este conceito irá servir para, em seu torno, organizar as minhas contribuições para o enriquecimento das práticas pedagógicas, no fim do artigo. O grosso do argumento aqui exposto parte de um breve diagnóstico sobre o estado dos estudantes à entrada para o curso de sociologia e da distância que é necessária percorrer para que a escola e os estudantes entendam a sabedoria como a finalidade principal a que uma universidade pode e deve aspirar. A necessidade evidente de uma transformação do ensino, que justifica o encontro a que este artigo se dirige, reclama, ao mesmo tempo, uma mudança radical – uma perspectiva centrífuga do lugar da sociologia no mundo dos saberes, científicos e normativos – e a consciência da fragilidade da disciplina para poder realizar manobras bruscas, a reclamar prudência. Da abertura centrífuga faz parte um esforço de ancoragem não selectiva na realidade, incluindo portanto a observação – dura, repugnante como tantas vezes o é – da perversidade que está por todo lado, a par das boas-vontades e misturada com elas. No final fazem-se sugestões de novas práticas pedagógicas, imaginadas a longo prazo – como uma articulação íntima entre as fileiras de teorias e de métodos e técnicas – e a curto prazo – o valor pedagógico e modelar do conceito de estados de espírito para o ensino das teorias sociais.

### Ponto de partida

Ao contrário das sociologias da violência ou da face ou da liberdade ou do o tempo ou das tecnologias, que não têm grande expressão, as sociologias das emoções, dos corpos, do direito, são exemplos de assuntos que beneficiam do enquadramento de subdisciplinas sociológicas especializadas. Porém, todas se queixam das limitações analíticas impostas pelas teorias sociais dominantes e todas estão à procura de teorias e métodos interdisciplinares mais capazes de orientar a produção de conhecimentos especializados. Todas sentem as dificuldades em ter alguma influência nas teorias sociais dominantes, que têm permanecido aparentemente insensíveis à identificação destas (e doutras) lacunas. As teorias dominantes, como ensinou

Durkheim, são coisas da sua disciplinaridade, isto é, guardiãs da vontade de manter a especificidade da sociologia por oposição à psicologia ou à economia e, por maioria de razão, em relação à geografia, à história, às humanidades em geral. As teorias críticas entram por essas limitações a dentro e perguntam como distinguir a sociologia dos estudos culturais, da comunicação, do género, das discriminações étnicas, das relações internacionais, das estratégias bélicas e de segurança?

As ciências sociais distinguem-se das ciências da natureza não apenas por terem objectos de estudo distintos mas, sobretudo, por as primeiras não estabelecerem programas colaborativos de investigação em torno de problemas bem identificados e sistematicamente atacados por diversos ângulos, até que o problema seja superado e novos problemas colocados. É a cultura moderna, expressa nos princípios cartesianos de separação radical entre o pensamento e a existência, entre os cidadãos e o mundo que colectivamente exploram, entre os tipos ideais e os dados empíricos, entre o observador e o observado, aquilo que suporta e permite a separação entre as ciências sociais e as ciências da natureza. O que inclui a propensão geral das teorias sociais à reprodução das discriminações e estigmas que fazem da separação cartesiana um instrumento de exploração legítimo, aos olhos dos exploradores. E o processo de intimidação de quem não se coloque do lado dos exploradores, tacitamente ameaçado de ser tratado e, portanto, de assumir o papel de vítima.

O que há a fazer é aprender a tomar toda a humanidade, toda a experiência da espécie humana, como objecto de estudo das ciências sociais (Clark, 2014; Fara, 2009; Graeber, 2011; Morin, n.d.; Morris, 2013). Tomar o meio ambiente como fonte do processo evolutivo que gerou a espécie humana e fazer, assim, as pontes entre as ciências naturais e sociais capazes de as fazer cooperar mutuamente (Diamond, 2008; Harvey, 2011).

### Estados de espírito

A linguagem resulta de uma máquina biológica que suscita acções comunicativas não apenas com os outros seres humanos mas com tudo à volta, real e imaginário misturados e, no limite, indiscerníveis. Máquina biológica e linguagem são resultado da evolução da vida e da espécie humana em particular. Do mesmo modo, a sociedade, tal e qual a vivemos e imaginamos, resulta e continua a história da evolução da vida e da espécie humana. Tal como a linguagem é, ao mesmo tempo, partilhada entre humanos e parte de cada um de nós, pessoas, também a sociedade é parte de cada um de nós. Nós, cada um de nós, somos a sociedade e a sociedade somos nós, evidentemente.

Então, porque razão ocupamos tanto tempo e energia das nossas vidas de sociólogos a pensar que mistério ligará a sociedade aos indivíduos? Porque, por alguma razão, a imaginação de a sociedade ser uma potencia externa, reificada, deificada, se tornou um imperativo de linguagem, conceptual, e de distinção entre o pensamento moderno e o pensamento a discriminar estigmatizando, por exemplo acusando-o de ser mítico, mágico, religioso, irracional, amoral, inconsistente, sem base científica, sem fundo de evidência, e outras formas de argumentar a autoridade e a ameaça de exclusão contra quem possa pensar haver continuidade anti-cartesiana entre os níveis de realidade representados pela biologia, pela sociologia e pelos sistemas de orientação, como sejam o tempo, as tecnologias, as ideologias, a moral, as teologias, instituições, etc., tudo próteses indiscernivelmente materiais e imateriais, maquinais e organizativas, que fazem da humanidade aquilo que é hoje.

Estado de espírito é um conceito criado para ligar os aspectos biológicos, sociais e normativos das experiências pessoais vulgares, por exemplo, em relação ao poder. Espírito de proibir é experimentado pelo tutor, pelo polícia, pelo militar, enfim, por todo aquele que se sinta investido de responsabilidade social para conduzir o seu campo social de acordo com as normas em vigor. No topo estão os homens, os pais, os chefes, os políticos e os empresários, claro. Espírito de submissão é o que predispõe a seguir os rumos já traçados pela tradição ou pela orientação dos *habitus* e das proibições vigentes. Quem vive este estado de espírito não é submisso. Submisso é quando alguém, contra os *habitus* e as normas vigentes, cumpre com os desejos de quem tem superioridade, na medida em que ela é resultado também da subordinação dos submissos. O espírito de submissão é um espírito de cooperação de boa vontade, de crença na boa vontade de quem orienta a acção naquele momento, todos a trabalhar, cada um no seu lugar, para realizar a missão institucional socialmente prescrita e validada. O espírito do submisso embrenha-se na humilhação de forma estável, sentido o perigo de se tornar vítima dos superiores, cumprindo voluntariamente o destino das profecias que se auto-realizam. O estado marginal resulta da recusa de viver o estado de espírito submisso e, desse modo, candidata-se tacitamente a assumir, no futuro, o espírito de proibir diferente do dominante no seu campo de acção, assumindo, tal como o espírito de proibir, os riscos de ser usado como bode expiatório pela sociedade, sem gozar das benesses e privilégios que são reconhecidas ao último tipo de estado de espírito.

Não há uma sociologia dos estados de espírito, ainda que o espírito positivo, religioso, revolucionário, comunista, de solidariedade, anómico, social, político, económico, universitário, jurídico, profissional ou vocacional, capitalista, urbano, ético, do estado nascente, consciente, recursivo, reflexivo, a inteligência social, a energia emocional, a repugnância, o actor-rede,

sejam tudo referências conhecidas de autores famosos, a maioria deles clássicos. Se houvesse, como todas as outras subdisciplinas, iria descobrindo e referenciando os limites das teorias sociais dominantes. As teorias que se continuam a ensinar, sob a forma de manual que possa servir para fazer justiça na classificação do desempenho dos estudos dos estudantes, segundo critérios de valorizar a atenção às aulas e o trabalho de casa, sem perturbar o fundamental das ideologias dominantes.

### Obstáculos epistemológicos à transformação da sociologia

A teoria social dominante resulta do espírito submisso adoptado pelos estudantes, ansiosos para aprender ofícios, e estimulado pelos docentes confrontados com o trabalho de produzir sucesso escolar, como forma de produzir os efeitos de subida nas hierarquias de prestígio social e comercial das marcas universitárias e disciplinares. A sociologia é mais que isso: é também admiração e até culto de personalidade dirigido aos melhores professores e também aos grandes investigadores e inovadores. O diálogo entre os dois mundos, para simplificar, o da educação e o da investigação, não transforma a teoria social dominante. Sobretudo nas últimas décadas, multiplica as subdisciplinas e os espaços de liberdade de conjuntos de autores sem poder para questionar o *status quo*.

A noção de criação de um distanciamento científico entre o sociólogo e os seus objectos de estudo, por exemplo, é ensinado e sobretudo aprendido como se se referisse à reprodução do distanciamento social que distingue as classes sociais típicas de pertença dos licenciados e dos socialmente assistidos, entre os profissionais e as populações alvo de acção social.

O distanciamento científico, para quem concebe as ciências sociais como proto-ciências, é um modo de romper com o senso comum e não um modo de reproduzir insensibilidade empática. É um processo mental de teorização, de construção de objectos científicos capazes de propiciar a investigação e a objectividade; mas é frequentemente entendido como forma de desresponsabilização pessoal e profissional pelas injustiças que se observam por todo o lado, em sociedade. Seja alegando que há que puxar para cima aquilo que se esteja a movimentar nessa direcção, e ignorar aquilo que possa estar a afundar-se, arriscando levar-nos com isso. Seja alegando que já se conhecem as tendências progressistas, humanistas, benfazejas, pois estão prevista nas teorias, e só essas terão possibilidades de ser realizadas um dia, como seja o crescimento da economia ou a protecção propiciada pelas funções sociais do estado contra as perversidades sociais da economia.

Numa dada altura tomei consciência de haver uma preferência dos estudantes do primeiro ano da licenciatura por estudar os pobres e, ao mesmo tempo, uma indisponibilidade de princípio

de abordar pessoas pobres sem a protecção, que entendiam indispensável, de forças de segurança. Os pobres, explicaram, eram pessoas que estavam naquela situação por não saberem poupar. E eram perigosos.

Não se pode dizer que foram pouco claros no consenso que expressaram e na surpresa com que receberam a minha ignorância sobre os efeitos práticos das ideologias dominantes. Face a esta matéria-prima, digamos assim, a universidade compete para captar a atenção e o interesse dos estudantes em pagar as propinas que alimentam a sua actividade. O compromisso de subordinação dos estudantes às ideologias dominantes é reforçado pela subordinação das escolas e dos docentes aos estudantes-clientes, junto de quem havemos de tentar moldá-los sem contestar, ao menos directamente, os pressupostos socialmente vigentes. O melhor que se pode esperar é a cumplicidade de algum estudante – como aquela aluna que constatou que os colegas estavam indisponíveis para discutir diferentes ideias sobre como interpretar as experiências de vida e os factos produzidos pela disciplina, ou o outro que se mostrava entusiasmado com a riqueza das teorias e se sentia diferente por isso.

Sobretudo com cursos semestralizados e mais curtos, as tarefas de reconversão, digamos assim, dos licenciados em pessoas competentes em manterem relações seguras e confiantes com os excluídos, de distanciamento no recurso à força e à discriminação estigmatizante, podem não produzir os efeitos desejados por quem entenda a igualdade entre as pessoas como um valor essencial à integração social e à luta contra os ódios que se manifestam dominantes na política ocidental por esta época. Os testemunhos de alguns profissionais de intervenção social falam das discriminações que se reproduzem em vez de diminuírem, com a cumplicidade ou complacência dos colegas dominantes e mostram como as disposições estigmatizantes convivem frequentemente com o trabalho social. Há notícias de abusos contra crianças e suas famílias, de longa data, apenas revelados nos últimos anos, que revelam como há organizações que se apresentam como protecção de crianças e são, ao mesmo tempo, formas de colocar algumas delas à disponibilização de redes de tráfico humano, sem que o estado se preocupe com a possibilidade.

### Da sabedoria

As ciências sociais surgiram poucas gerações antes de nós precisamente num tempo em que se construiu a esperança do homem novo, para uns o homem moderno e para outros o homem comunista, o *homo civicus*, positivista, e o *homo economicus*, trabalhista. No século XX, as ciências sociais e a luta de classes criaram o *homo politicus* e o século XXI o empreendedor, versões estatal e capitalista do cidadão e do trabalhador assalariado – ambos precários. O

homem novo pacificado e solidário, respeitador da liberdade e da igualdade na fraternidade, continua a ser uma utopia.

As ciências sociais surgem a preconizar a modernidade e a modernização, a transformação do homem medieval e camponês no homem urbano e industrial e, por isso, foram proibidas pelo regime fascista português. Porém, a modernidade é várias vezes mais velha na história humana que as ciências sociais. Tal como a globalização, a racionalidade, a ânsia de liberdade e igualdade, a modernidade pode ser pensada como um fenómeno relativamente recente – duas vezes a idade das ciências sociais – ou, ao contrário, uma velha tradição primordial ocidental ou até humana. Por razões estratégicas, as teorias sociais, praticamente sem excepção, optaram por ignorar o debate histórico e concentraram-se em estabelecer, de modo doutrinário, um debate substitutivo sobre o que seja a estrutura social moderna, tomando-a como a mãe de todas as estruturas sociais, mesmo as das sociedades históricas nas quais, reconhecidamente, tal estrutura moderna não existia: um sistema económico poderoso, autónomo e articulado com um sistema político-estatal, ambos controladores das sociedades que os criaram e exploradores da natureza, incluindo nela as sociedades estranhas, os trabalhadores e os que não têm serventia.

O homem novo, o homem igual entre si, passou a ser alvo de observações e medidas científicas, no âmbito da sociologia das desigualdades. Reconhece-se, ao mesmo tempo, que só falta algum esforço para produzir o indivíduo livre generalizado e é muito difícil produzi-lo, de forma definitiva. Tal como na Idade Média, continua a ser privilégio de alguns – muito mais do que então – a vida assegurada, capaz de produzir confiança verificável de que no dia seguinte as necessidades básicas estão satisfeitas.

A história, em ciências sociais, é reduzida aos estados do estado e da economia, no singular. Os estados de espírito, os estados dos indivíduos, cidadãos ou trabalhadores, os estados de outros estados e de outras economias tradicionais ou colonizadas, por exemplo, são estados de alma irracionais e geralmente irrelevantes. Foi simplesmente anulada qualquer possibilidade de pensar teoricamente as transformações das pessoas, das sociedades, outras que não sejam o Big Bang misterioso representado pelas Revoluções Industrial e Francesa. Como se as sociedades e os indivíduos fossem incapazes de transformação ou só raramente – e não quotidianamente – se vivessem as transformações que fazem cada um de nós partilhar a evolução da vida na Terra.

As teorias sociais criam um mundo virtual complexo mas fechado em si mesmo, separado do mundo representado como natural e hostil, que inclui as mulheres, as crianças, os indígenas, os



trabalhadores migrantes, os estrangeiros, as pessoas com necessidades especiais, etc., tratados como minorias com problemas de integração social a quem os profissionais do social, subordinados aos desígnios estatais, devem ajudar, de modo a não incomodarem a política nem a economia.

As teorias sociais sentem, no insatisfatório prestígio social de que são conscientes, mas nem imaginam que estão a viver o tempo em que se vai decidir, na prática, se a nossa disciplina irá ou não ficar na história da sabedoria humana. Segundo Collins (2005), só as práticas teóricas que sobreviveram às suas primeiras seis gerações de praticantes, devidamente apoiados politicamente, deixaram marcas indeléveis na sabedoria humana. Oferecer aos profissionais e aos cientistas sociais a perspectiva de fazer história, institucionalmente protegida (ou ao menos não impedida e reprimida), pode constituir um ânimo que servirá, também, para – em vez de oferecer aquilo que os clientes pedem – atrair os melhores espíritos para organizar as tarefas de pacificação e solidariedade que transformam o mundo para melhor.

### Teorias centrífugas

Trabalhamos com teorias centrípetas. Mas podemos trabalhar com teorias centrífugas, caso haja abertura institucional para tal.

As teorias centrípetas são autocentradas e organizadas em sistemas fechados, organizadas em subespecialidades estanques entre si, para conforto, controlo e autonomia dos seus praticantes. Como acontece na separação curricular entre as fileiras de teorias, métodos, e o resto. As teorias centrífugas são abertas à complexidade e organizadas de forma a construir maneiras de suscitar as necessidades de aprender com outros conhecimentos subdisciplinares ou extradisciplinares. Como poderiam ser as práticas laboratoriais, se centradas em trabalhos de investigação orientados pelos estudantes.

As práticas das teorias centrípetas são repetíveis, podem ser rotinizadas e industrializadas. As práticas centrífugas são feitas por medida e evoluem com as necessidades dos seus praticantes, já que a ignorância, o desconhecido, prevalece sempre, com ou sem a vontade de aprendizagem. Kuhn descreveu esses dois tipos de teorias como ciência normal e ciência paradigmática. Se as ciências sociais estão, como julgo ser o caso, numa encruzilhada entre a filosofia social e a ciência, entre a hiperespecialização e a sabedoria, entre a subordinação e a sobrevivência, é tempo de incentivar as teorias centrífugas. Isto é, organizar uma rede de alianças cognitivas entre as ciências naturais, em particular as biológicas e as ciências da vida, as ciências sociais e as disciplinas normativas, de modo a estabelecer diálogos intensos entre níveis de realidade, celular, social e espiritual, até agora pensados como estanques entre si. Quando,

evidentemente, não é assim, na realidade. E só é assim em teoria para comodidade intelectual dos investigadores. Com prejuízo da sabedoria, isto é, a capacidade prática de mobilizar os conhecimentos pertinentes para obter resultados práticos úteis à humanização da vida; vida não securitária nem militarizada.

A teoria resultou, em larga medida, das possibilidades intelectuais abertas pela tecnologia de escrita, de impressão, actualmente a ser completada, mas outra vez alterada, pelas tecnologias micro-electrónicas de informação e comunicação à distância. A especialização das teorias resulta da grande expansão de grupos e redes de investigação e tornar-se dispersiva. Vivem-se tempos a reclamar sínteses praticamente impossíveis, dada o excesso de informação e a dispersão da mente dos profissionais e dos estudantes em mundos e representações do mundo defensivamente estanques entre si.

Na sociedade da informação, há que distinguir entre esta, o conhecimento que a omnipresença da informação pode proporcionar e a sabedoria, que é a capacidade de usar o conhecimento para afeioar a condição humana para melhor. Há um acordo generalizado sobre a diferença de potencial gerado no campo das tecnologias e no campo da convivência humana ou da moral. Os conhecimentos são cada vez mais, mas da sabedoria esperar-se-ia mais qualquer coisa, nomeadamente a capacidade de evitar aventuras belicistas e securitárias dos estados, como as que se perfilam no horizonte por estes anos como *déjà vu* do período de entre guerras.

### Da perversidade

Uma das consequências da prática das teorias centrípetas é o seu alheamento de parte importante da natureza humana. Admite-se, por definição, que a violência é alheia às relações sociais, na família, nas organizações, nos estados, nas sociedades. A violência é concebida como, por um lado, o exercício da guerra no campo internacional, e, por outro lado, como o efeito de delinquentes anti-sociais.

Os estudos estratégicos ou geo-políticos, organizados para militares e diplomatas, emergiram nas universidades recentemente sob a designação de relações internacionais, separados dos estudos policiais, dos desastres e de mediação de conflitos. Em termos académicos, as ciências sociais também se dividiram em ciências políticas, economia e gestão, sociologia e serviço social, tornando difícil saber ou sequer discutir o que é a sociedade, se isso existe ou é se, como uma catedral, é meramente uma fórmula chapéu vazia e sem protagonistas para incluir práticas universitárias e profissionais avulso, em função da capacidade organizacional de cada projecto educativo, em cada universidade.

Na competição centrípeta, as referências à perversidade humana são moralizadas através da garantia de segurança por parte de um estado imaginário, onnipotente e onisciente, de que a ciência é serventúria. A violência de estado, portanto, é simplesmente omitida. Tratada como caso particular, sem regularidade, e da responsabilidade apenas dos agentes de estado condenados por crimes reconhecidos pelos tribunais. Qualquer concretização sistemática do modo como o estado organiza o seu reconhecido monopólio da violência é objecto de segregação, no mundo anglo-saxónico desde a segunda grande guerra, no mundo francófono desde o fim das guerras coloniais, no mundo lusófono desde o trauma da conflitualidade republicana da Primeira República, resolvido com a paz dos brandos costumes policiados.

A natureza humana, caracterizada pela sua extraordinária capacidade e competência adaptativas, que se torna um vector de evolução particular, a que outros seres vivos não têm acesso a não ser como objectos, permite e obriga a processos de transformação radicais, de que a história é testemunha, mas não ultrapassa os limites da condição humana, a descobrir. A maneira de proceder a essa descoberta é enfrentar, com todas as resistências compreensíveis, os medos, as repugnâncias e os negacionismos que obscurecem até à recusa a elucidação das fontes da perversidade.

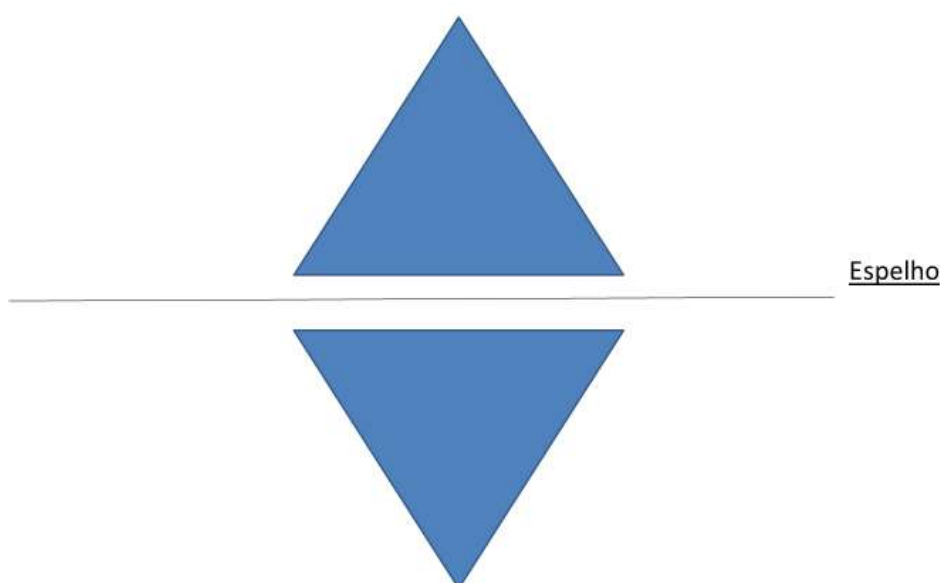
Tabela 1. Ambiguidade dos valores de liberdade na civilização ocidental

| <b>Dimensão social</b> | <b>Moral</b> | <b>Boa-vontade</b> | <b>Processo</b> | <b>Perversidade</b>      |
|------------------------|--------------|--------------------|-----------------|--------------------------|
| Animal                 |              | Naturismo          | Pornografia     | Abuso sexual             |
| Económica              |              | Cooperação         | Trabalho        | Trabalho forçado         |
| Política               |              | Libertação         | Democracia      | Superioridade ontológica |

A liberdade paradisíaca, por exemplo, para uns é naturismo e para outros é a oportunidade para o abuso sexual. A liberdade económica para uns é cooperar e para outros é explorar. A liberdade política para uns é empoderar os mais frágeis e para outros é exercer o espírito de proibir como um direito de superioridade ontológica.

As teorias centrípetas evitam confrontar-se com práticas repugnantes, excluindo-as dos seus objectos de estudo idealizados como moralmente puros. Nomeadamente, as práticas genocidas intimamente ligadas à modernização, por exemplo à acumulação primitiva do capital ou à fundação dos estados-nação, são ignoradas pelas análises económicas e políticas como se não tivessem qualquer continuidade nos dias de hoje. As teorias da organização, mesmo as que lutam para considerarem os conflitos como parte integrante e sistemática das práticas organizativas, ignoram o estudo sistemático do uso da violência como quadro geral indispensável à montagem e funcionamento de qualquer organização.

Figura 1. Representação gráfica da boa-vontade e da perversidade sociais



As teorias centrífugas devem reconhecer o papel da violência na evolução da vida e dos abusos da violência típicos da humanidade, ainda que se possa argumentar que tais abusos se compaginam historicamente com níveis de contenção dos efeitos da violência nunca antes alcançados. Estatisticamente pode demonstrar-se que o número de baixas resultantes de actos de violência entre humanos é, modernamente, mais baixo. Embora em número absoluto nunca tenha havido tanta fome, sede, pobreza e morte entre humanos. E, sobretudo, tanta devastação ambiental causada pela vida como no chamado Antropoceno.

A compreensão das transformações e as continuidades, indiscernivelmente misturadas como elas andam, será melhor trabalhada por estudos orientados pelas teorias da complexidade (Morin, 2009; Prigogine, 1996). O que parece contraditório à luz das teorias centrípetas é compatibilizado pela realidade e atendível pelas teorias centrífugas.

Tabela 2. Ambiguidade dos valores de igualdade na civilização ocidental

| <b>Moral</b>           | <b>Boa-vontade</b> | <b>Processo</b> | <b>Perversidade</b> |
|------------------------|--------------------|-----------------|---------------------|
| <b>Dimensão social</b> |                    |                 |                     |
| Animal                 | Família            | Discriminação   | Misoginia           |
| Económica              | Cooperação         | Organização     | Elitismo            |
| Política               | Ciência            | Informação      | Dissimulação        |

Apesar do respeito politicamente correcto pelas mulheres e pelo princípio da igualdade de géneros, há que reconhecer, a misoginia, a par dos estigmas contra as chamadas minorias, consoante as tradições culturais de cada povo, continua a ter efeitos práticos. Mais claros nas

sociedades que nos são mais estranhas, como a chinesa, a russa ou a muçulmana. Menos claros a nossos olhos, desejosos de boa vontade para reflectir o fim dos conflitos de género na imagem que fazemos da nossa sociedade, sem conseguir que a realidade (das pessoas assassinadas por parentes ou dos salários das trabalhadoras, por exemplo) nos conforte.

### Propostas pedagógicas

O ensino das ciências sociais deve começar aos gritos contra as injustiças. Como os colecionadores de borboletas, cabe às escolas produzir evidências de casos susceptíveis de informar os estudantes de ciências sociais de que a perversidade existe e as suas causas estão inextricavelmente misturadas com a boa-vontade. (Por exemplo, nos casos em que a democracia promove dirigentes totalitários, em que a indústria põe em risco o meio ambiente, em que os serviços sociais reproduzem a pobreza, em que o amor se transforma em ódio, etc.). Tal como a vida e a morte são dois aspectos do mesmo fenómeno, ou a saúde e a dor, a moralização e o imoral, a boa-vontade e a perversidade também andam juntas. A racionalidade processual nada pode contra a nossa herança evolutiva, mas pode orientá-la em diferentes direcções.

Por exemplo, a revolução está intimamente ligada ao terror, o capitalismo à exploração, a globalização à imposição da fé e do império, a solidariedade à ordem, a acção social ao poder policial, a miséria ao estigma, o estado à violência, a sociedade à humanidade, etc. Na verdade, qualquer caso de estudo envolve, necessariamente, aspectos prática e moralmente contraditórios que não devem ser seleccionados para fazer a apologia da segurança ontológica do *status quo* e de quem com ele pactuar. Tal apologia assusta os jovens (e os adultos). Os ideais tipo tornam os estudantes dependentes emocional e cognitivamente das ideologias dominantes. Predispõem-nos para usar como bodes expiatórios todos os seres humanos diferentes das pessoas previstas pela teoria. Tornando-os vítimas do vício da estigmatização como modo de manter intactos os conhecimentos à custa do alheamento das realidades, projectando sobre alvos apropriados (políticos ou pobres, ricos ou bandidos) a perversidade socializada, ainda que alegadamente isso seja estranho à cientificidade desejada.

Não se trata de opor boa-vontade a perversidade, instituições a organizações, teorias e dados. Trata-se de compreendê-los como partes integrantes da existência humana, num quadro social dependente do meio ambiente e da evolução da vida que produziu a nossa espécie e, um dia, a irá extinguir. Trata-se de estudar como as limitadas formas de orientação da acção humana revelam potencialidades maiores que a perna, como diz o povo, e pode estar a poluir e antecipar a extinção da própria espécie, por incompatibilidade com o novo clima da Terra. Fenómeno

“natural” com similitudes com a queda do Império Romano, entretanto glosado pelos cristãos (anteriormente perseguidos), pelos reis bárbaros (anteriormente escravizados e a soldo), pelos navegadores (sem oportunidades de vida em terra) que levaram essa herança para os setes mares. Roma antiga transferiu sucessivamente a sede de poder imperial na direcção oeste, tendo-se fixado em Londres, no século XIX, e em Washington-Nova Iorque, no século XX, assistindo nós à continuidade dessa tendência, agora em direcção a Pequim. Pode haver alguma coisa de irresistível, de inelutável, na ânsia de usar os poderes imperiais para conduzir a humanidade de desastre em desastre, ao mesmo tempo que se criam as inimaginadas condições para sustentar a vida de quase mais de 7 milhares de milhões de pessoas.

As ciências sociais, actualmente, não gozam da liberdade nem da autonomia, relativamente aos poderes financiadores, que lhes permita fazer aquilo que deve ser feito: organizar uma política centrífuga capaz de inverter o sentido da hiperespecialização e auto-fechamento defensivo, aliando-se entre si e abrindo-se à ciência e à espiritualidade. Porém, a liberdade docente e pedagógica universitária pode ser usada para preparar o tempo em que seja possível gozar da autonomia e da liberdade que será indispensável para a actualização das teorias sociais.

Uma proposta prática passa por abandonar as práticas reiteradamente condenadas por sucessivas avaliações do estado do ensino da sociologia de estagnação das fileiras e das subdisciplinas que as compõem umas com as outras. Tais práticas estão tácita e intencionalmente institucionalizadas, mas podem ser combatidas pela determinação dos que entendam ser de considerar as recomendações das referidas avaliações e construir um fórum permanente de debate sobre as pedagogias da fileira de teorias sociais, envolvendo docentes, investigadores e estudantes interessados, independentemente das respectivas capacidades e interesses.

Um tal fórum, portanto, deverá ser capaz de se opor à exclusão de seja quem for que esteja interessado, seja alegando incompetência, seja alegando falta de oportunidade. Ao invés, deve promover o encontro entre docentes da fileira de teorias e outros colegas. Sem deixar de organizar esforços para envolver estudantes nos debates, assim como docentes das fileiras de métodos e técnicas e das sociologias especializadas.

A prazo, para valorizar a teoria social, tal como o verbo, princípio e fim de todo o exercício científico e profissional, há que encontrar formas de integrar as cadeiras de teorias e métodos de tal maneira que os estudantes deixem de sair ensinados como se fosse possível sem bom em métodos sem perceber teorias ou perceber teorias sem entender os métodos. (Não é um pequeno passo entre as práticas actualmente em vigor e a organização do ensino que produza

os efeitos de integração cognitiva das práticas teóricas e metodológicas). A chave da transformação talvez passe pela reorientação dos laboratórios, através da articulação com as outras cadeiras do curso organizada activamente pelos docentes.

A institucionalização do fórum permanente das teorias sociais permitirá, desejavelmente, encontrar espaços de coordenação do trabalho docente das diferentes cadeiras na direcção que preconizo, ou noutra qualquer se seja entendida como preferível.

No imediato posso partilhar com os colegas a ideia de usar pedagogicamente o conceito de estados de espírito, explorando a sua plasticidade.

A identificação de estados de espírito, perante um caso concreto a descrever empiricamente, pode ser feita de modo impressionista – espírito de risco, de resignação, cosmopolita, profissional, etc. –, pode ser feita analiticamente – espírito de liberdade (ou outro) na política, na economia, na cultura, na família, ou no quotidiano, na organização, na ideologia –, ou pode ser histórica – disciplina trabalhista no pós-guerra, espírito contestatário e imaginativo dos anos 60 e 70, revolução tecnológica e financeira nos anos 90, maniqueísmo ideológico na Guerra Fria, discurso único TINA depois da implosão da União Soviética, etc.

Os papéis sociais e históricos identificados pelas ciências sociais exigem de cada um que os pretenda conhecer a capacidade de fixar, à sua maneira, estados de espírito generativos de comportamentos adequados a tais posições sociais, de forma instintiva, por dedução ou indução. Os estudantes de sociologia, para aprenderem a arte da profissão, devem saber colocar-se no lugar dos outros, a partir, claro, das suas próprias experiências existenciais. E devem reconhecer que vidas diferentes – de que muitos alunos têm experiência directa e mentalmente reprimida – podem explicar comportamentos diferentes.

Para começar a treiná-los neste tipo de análise, será eventualmente útil apresentar e discutir os efeitos cognitivos e práticos do espírito revolucionário de Marx, do desejo de solidariedade de Durkheim, do liberalismo pró-capitalista de Max Weber. Assim como será importante notar os efeitos ideológicos e cognitivos da Guerra Fria na polarização das sociologias académicas e crítica, em função de estados de espírito de proibir e marginal. E também a oposição ideológica e teórica entre a prioridade ao individualismo ou ao colectivismo. O que pode ajudar a explicar o refúgio relativista no desespero pós-moderno causado pelas dificuldades de realizar o sonho positivista de tornar as ciências sociais em ciências como as outras.

A utilização dos estados de espírito como referências existenciais de posições teoricamente assumidas pelos diferentes autores, na gestão e desenvolvimento dos respectivos trabalhos

cognitivos, permite descontextualizar e compreender intimamente as disposições mobilizadas e, ao mesmo tempo, contextualizar as respectivas teorias em função da pessoa do autor, no seu tempo histórico. A análise social assim conduzida permite e reclama o reconhecimento da existência e condições de experiência de estados de espírito descritos na literatura e que são também experimentados por cada estudante e docente nas circunstâncias de vida actuais. Tal procedimento reclama a avaliação dos contextos de produção e de recepção das teorias, bem como da sua actualidade e futuro previsível. E mostra como a evolução da vida não é incompatível, antes reclama, esforços de estabilização pessoal e social. O que não é imune a efeitos perversos mas, ao mesmo tempo, responde, melhor ou pior, às necessidades subjectivas e objectivas de segurança ontológica de cada pessoa e sociedade (protecção e promoção da saúde e da identidade).

Quando os estudantes que queixam de as “aulas serem pouco dinâmicas”, é um problema complicado de resolver pedagogicamente, pois o dinamismo implica trazer e levar da sala de aula assuntos e experiências que, frequentemente, os estudantes e os professores não estão dispostos a deixar envolver nas aulas. Se se adoptar a prática de trocar experiências pedagógicas entre professores (utilizando abordagens particulares e experimentais), podendo mesmo trocar efectivamente de docentes entre diferentes partes da matéria em cadeiras diferentes, de forma planeada ou por convite, as diferenças entre os docentes, as discussões que permitiriam abrir com os estudantes e entre os docentes, poderiam trazer um dinamismo que hoje não há.

A organização de um fórum permanente de teorias sociais pode corresponder a trabalhos substantivos de colaboração teórico-pedagógica entre docentes e entre estes e estudantes. O estudo de estados de espírito e das respectivas compreensões, fixações, limitações, perversidades, admite as discussões sobre a biografia dos autores (e dos estudantes), o valor descontextualizado das teorias e conceitos usados em contextos actualizados, a instabilidade dos estados de espírito e a necessidade existencial de reconversão e evolução das pessoas, das organizações, das ideias, no tempo, sem cair no relativismo.

#### Referências:

- Clark, G. (2014). *The Son Also Rises*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Collins, R. (2005). *Sociología de las filosofías - Una teoría global del cambio intelectual* (1ª edição). Barcelona: Hacer.
- Diamond, J. (2008). *Colapso - ascensão e queda das sociedades humanas* (1ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Fara, P. (2009). *Science: a Four Thousand Years History*. Oxford: Oxford University Press.



- Graeber, D. (2011). *Debt – the First 5000 Years*. NY: Melville House Publishing.
- Harvey, D. (2011). *Spaces of capital: towards a critical geography*. NY: Routledge.
- Morin, E. (n.d.). *Ciência com Consciência*. Mem Martins: Europa-América.
- Morin, E. (2009). Complexidade Restrita, Complexidade Geral. In E. Morin & J.-L. Le Moigne (Eds.), *Inteligência da Complexidade - Epistemologia e Pragmática* (pp. 36–78). Lisboa: Instituto Piaget.
- Morris, I. (2013). *O Domínio do Ocidente* (1ª ed. 201). Lisboa: Bertrand.
- Prigogine, I. (1996). *O Fim das Certezas*. Lisboa: Gradiva.